

Data: 22.07.2013

Título: Governo usa dados errados para fixar vagas no superior

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Destaque

Pág: 1;10

Governo usa dados errados para fixar vagas no superior

Ministério está a usar dados do IFP que só contabilizam quem se inscreve nos centros de emprego **p10**



Área: 736cm² / 38%

FOTO Titagem: 72.253

Cores: 4 Cores

ID: 4573830



Universidades: Governo usa dados errados para fixar vagas no superior

Lei obriga à redução de oferta nos cursos em que o desemprego seja superior à média. Mas ministério está a usar dados do IEFP relativos a 2011 e que só contabilizam quem se inscreve nos centros de emprego

Educação

Samuel Silva

Há várias universidades que dispõem de dados sobre o emprego dos seus diplomados e que podem pôr em causa os números do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) em que se baseou a redução de vagas no ensino superior. O aviso é feito pelo antigo secretário de Estado do Ensino, Joaquim Azevedo, que dá o exemplo da Universidade Católica do Porto, que agora dirige, para mostrar a discrepância entre os dados das várias fontes. As críticas à opção do Governo também se estendem ao sector politécnico.

A Universidade Católica é uma das instituições de ensino superior em Portugal que tem em funcionamento um observatório de emprego, que acompanha a inserção dos seus diplomados no mercado de trabalho. Quando compara os dados recolhidos internamente com os que são disponibilizados pelo IEFP, Joaquim Azevedo não tem dúvidas: “Não batem certo”. Os dados do IEFP têm por base as pessoas que se inscrevem nos centros de emprego, “o que fragiliza a qualidade de informação”. “Não existe a prática de os recém-graduados, a que se reportam os nossos dados, se inscreverem no centro de emprego”, analisa o também presidente da Católica do Porto.

Depois, há uma questão temporal. Os últimos dados daquela universidade são de Março deste ano e os do IEFP já têm mais de um ano. São, por isso, “estatísticas sem base de comparação”, adverte Joaquim Azevedo,

mas que não deixam de mostrar uma “discrepância”. O IEFP reporta taxas de desemprego entre os 3% e os 25% para as licenciaturas da Católica, ao passo que os números da instituição variam entre os 9% e os 71%. Além disso, a taxa de desemprego mais alta é registada no curso de Bioengenharia, que no centro de emprego tem o nível de desemprego mais baixo da universidade (4%).

O despacho orientador da fixação de vagas para 2013-2014 obriga à redução da oferta nos cursos em que o índice de desemprego seja superior à média nacional. O Ministério da Educação e Ciência baseou a solução em dados IEFP relativos a 2011 e numa taxa de desemprego de 7,4% entre os jovens licenciados, ainda que os últimos dados do Eurostat apontem para 17,8% de jovens desempregados licenciados em Portugal.

Esta opção tem suscitado várias críticas por parte das universidades, com o CRUP a chamar a atenção do Governo para a situação. O presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), Joaquim Mourato, defende que a questão do emprego dos diplomados “não pode ser vista de forma isolada”. “Ainda menos numa fase de recessão com efeitos no mercado de trabalho”, acrescenta.

Além disso, acrescenta, “não está demonstrada a relação” entre o corte no número de vagas e a diminuição do desemprego na área de estudos em questão. Até porque as instituições de ensino superior estão a ter em conta a “empregabilidade

de hoje” para determinar o número de pessoas que lançará no mercado de trabalho dentro de três a cinco anos.

Para ultrapassar os problemas provocados por esta solução, o presidente da Universidade Católica do Porto entende ser “totalmente viável” replicar o que é feito pela instituição que dirige na generalidade das instituições nacionais. “É uma metodologia simples. Consome recursos, pessoas, tempo, mas não é nada de excessivamente complicado”, avalia.

De resto, já há universidades públicas que têm trabalhado os dados relativos à entrada dos seus diplomados no mercado de trabalho, como as Universidades do Porto, Minho, Coimbra e Técnica de Lisboa. As instituições têm seguido diferentes metodologias, desde o inquérito feito aos estudantes entre seis meses e um ano depois de concluídos os cursos, a trabalhos de prazo mais dilatado, acompanhando os seus percursos profissionais vários anos depois de terminada a formação.

No caso da Católica, o último estudo de empregabilidade tem por base um universo de 745 diplomados e mostra “resultados bastante animadores”, segundo Joaquim Azevedo. Os diplomados da instituição têm 72% de taxa global de emprego seis meses após a conclusão da formação, o que representa um crescimento de nove pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Data: 22.07.2013

Título: Governo usa dados errados para fixar vagas no superior

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Destaque

Pág: 1;10



DANIEL ROCHA

Vagas fixadas nas diferentes instituições de ensino superior estão desfasadas da realidade

MEC "convida a sair do interior"

O presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), Joaquim Mourato, entende que o despacho do Ministério da Educação e Ciência (MEC) que orientou as regras para a definição de vagas no sector "convida os alunos a sair do interior". As regras que foram definidas pelo Governo para a fixação de vagas no ensino superior no próximo ano lectivo penalizam as instituições do interior do país.

Os limites mínimos à procura dos cursos e a introdução da empregabilidade como critério foram os dois principais motivos que penalizaram as instituições das regiões mais desfavorecidas, fazendo "agravar" o "plano inclinado" no sector, diz Mourato. A partir de

Setembro, 90% das vagas ficam concentradas em instituições do litoral, sobretudo na Grande Lisboa, Porto e Coimbra.

Joaquim Mourato "lamenta", por isso, que o MEC não tenha atendido à proposta feita pelo CCISP que defendia uma "redução transversal no número de vagas" de maneira a garantir um equilíbrio entre a procura e a oferta no sector e que permitiria uma distribuição mais homogénea dos cortes efectuados. "O sector politécnico voltou a mostrar que tem essa consciência. Pena é que o resto do sistema não tenha feito o mesmo", critica o mesmo responsável.

Nos últimos quatro anos, os institutos politécnicos reduziram 1881 vagas, o que corresponde a mais de 80% de todos os lugares

destinados a novos alunos que desapareceram do ensino superior público. No próximo ano lectivo, há 23.745 lugares nos institutos superiores, um corte de 751 relativamente a 2012. Já o ensino superior universitário tem uma variação ligeira (menos 86 vagas), podendo receber até 28.553 novos alunos.

As críticas do presidente do CCISP estendem-se ainda à reorganização regional das vagas que era defendida pelo MEC. "Não teve qualquer efeito prático", lembra Mourato, culpando o mapa de regiões definido pela tutela como responsável por essa situação. "Não tinha qualquer lógica nem tinha em conta as parcerias já existentes e que vão continuar", acrescenta.